



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**  
**TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

TERCEIRA CÂMARA

**PROCESSO N° 10845.003953/92-51**

**Sessão de** 20 de outubro **de 1.99<sup>3</sup>** **ACORDÃO N°** Res. 303-0.568

Recurso n°: 115.469

Recorrente: Foseco Industrial e Comercial Ltda

Recorrid DRF - Santos - SP

**RESOLUÇÃO N° 303-0.568**

Vistos, relatados e discutidos os presentes  
autos,

ACORDAM os membros da Terceira Câmara do  
Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de  
votos, em converter o julgamento em diligência, na forma do  
relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 20 de outubro de 1993

JOÃO HOLANDA COSTA - Presidente

HUMBERTO BARRETO FILHO - Relator

Procuradoria da Fazenda Nacional

27 JAN 1995

VISTO EM SESSÃO DE:

Participaram ainda, do presente julgamento, os seguintes  
conselheiros:

SANDRA MARIA FARONI, CARLOS BACANIAS CHIESA (suplente) e  
ROSA MARTA MAGALHÃES DE OLIVEIRA.

Ausentes, justificadamente, os Cons. MALVINA CORUJO DE  
AZEVEDO LOPES, MILTON DE SOUZA COELHO, DIONE MARIA ANDRADE  
DA FONSECA e LEOPOLDO CESAR FONTENELLE.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

RECURSO 115.469  
RES. 303- O. 568

MF - MINISTÉRIO DA FAZENDA - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - TERCEIRA CÂMARA  
RECORRENTE: Foseco Industrial e Comercial Ltda  
RECORRIDO : DRF - Santos - SP  
RELATOR : Humberto Barreto Filho

**Relatório**

Contra a empresa em epígrafe foi lavrado Auto de Infração para a formalização da exigência de crédito tributário constituído por diferenças de II e IPI, além de juros, correção monetária, e as multas dos arts. 37 da Lei 8218/91, 526, II, do RA e 364, II, do RIPI, mercê da desclassificação fiscal de produto que, importado como "ácido xileno sulfônico" (2904.10.0500), seria, na verdade, uma preparação à base de mistura de ácido xilenosulfônico (3823.90.0800), consonte extraído do catálogo técnico do fabricante.

Impugnando a pretensão fiscal, a interessada sustentou que as impurezas referidas pelo catálogo técnico decorrem do processo de fabricação do produto, como atestado pelo próprio fabricante, o que preservaria sua classificação no capítulo 29 do Sistema Harmonizado. Invocou, também a impugnante, as RGI 2b e 3a do SH, ressalvando que a classificação fiscal se determina pela posição mais específica ou por aquela que traduz o componente que confere a característica essencial do produto, se porventura advindo de mistura. Requereu, por fim, perícia para se definir a identificação do produto à luz do que disposto no capítulo 29 do Sistema Harmonizado.

Indeferida a perícia, foi julgada procedente a ação, com esteio na Informação Fiscal de fls. 98/100, onde, após refutar destacadamente as alegações da defesa, acentua a autoridade autuante que "o fato da mercadoria não constituir um composto orgânico de constituição química definida apresentado isoladamente (basta) para de pronto ficar afas-



MINISTÉRIO DA FAZENDA

TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

RECURSO 115.469  
RES. 303-O.568

-3-

tada sua classificação do Capítulo 29", acrescentando que "como contém, além do ácido xileno-sulfônico, os demais elementos químicos (informados, aliás, pelo próprio fabricante) já listados quando da autuação, não há como se afastar da mercadoria a característica de preparação das indústrias químicas que, por falta de maior especificidade numérica, se inclui no código residual 38.23.90.9999".

Ainda irresignada, recorre a importadora a este Eg. Conselho, sustentando a ocorrência de preterição de seu direito de defesa, em face do indeferimento da perícia, cuja postulação, então renova, e repetindo, no mais, a argumentação já exposta em sua defesa.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

-4-  
RECURSO 115.469  
RES. 303- O. 568

**Voto**

Não acolho a preliminar de cerceamento de direito de defesa suscitada pela recorrente, vez que a autoridade julgadora pode, por força do art. 17 do Dec. 70.235/72, efetivamente repudiar a produção de prova pericial que entenda desnecessária, vez que já elucidada nos autos, a seu ver, a questão controvertida.

Acolho, todavia, o pedido de diligência reiterado no recurso voluntário. É que a decisão a quo manteve a autuação arrimando-se exclusivamente na informação trazida aos autos pelo documento de fl. 18, que nada esclarece quanto a se os pequenos percentuais de substâncias químicas contidos no produto em questão podem ou não ser considerados como impurezas decorrentes do correspondente processo de fabricação.

A decisão recorrida interpretou que não, o que afasta a classificação do produto do capítulo 29 da Nomenclatura. Não há nos autos, entretanto, elementos técnicos que sustentem tal interpretação, no sentido de taxativamente repelir a hipótese de defluirem do processo de fabricação do ácido xíleno sulfônico (92% - 94%), como impurezas, o ácido sulfúrico livre (máx. 2,5%), os não sulfonados (máx. 2,0%) e a Água (máx. 2%), referidos à fl. 18.

Isto posto, voto pela conversão do julgamento em diligência ao LABANA, por intermédio da repartição de origem, a fim de que seja esclarecido, a vista dos elementos técnicos coligidos nos autos, se trata-se o Ácido xíleno sulfônico de uma mistura ou de um produto químico de constituição química definida apresentado isoladamente, ainda que com impurezas, conforme preceituado nas considerações gerais do capítulo 29 do Sistema Harmonizado, ou seja:



MINISTÉRIO DA FAZENDA

TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

RECURSO 115.469  
RES. 303- O. 568

tal produto é "um composto químico distinto, de estrutura conhecida, que não contém outra substância deliberadamente adicionada durante ou após a fabricação (incluída a purificação)" e se as outras substâncias apresentadas no catálogo técnico configuram impurezas "cuja associação com o composto químico distinto ressalta, exclusiva e diretamente, de processo de fabricação (incluído a purificação)", podendo provirem de qualquer dos elementos que intervém na fabricação, tais como, matérias iniciais não convertidas, impurezas contidas nas matérias iniciais, reagentes utilizados no processo de fabricação (incluída a purificação) e subprodutos. Deverá, ainda, ser esclarecido se consideradas impurezas as substâncias antes referidas, foram estas deixadas deliberadamente no produto para torná-lo particularmente apto para usos específicos de preferência à sua aplicação geral.

Sala das Sessões, em 20/10/93

Humberto Barreto Filho  
Relator